

## **EDITORIAL: VIAGEM NACIONAL**

Fernando Curi Peres

Giselda M.F.N. Hironaka

Renato Roscoe

Vania D'Addario Guimarães

José Roberto Canziani

Realizada de 07 a 12 de agosto, a viagem nacional do LIDERMSIV cumpriu, fundamentalmente, dois objetivos básicos do Programa: primeiro, aproximar os participantes em contatos mais íntimos entre eles, de modo que na escolha dos Grupos Base que será feita no segundo ciclo, em 28 e 29 de outubro, os participantes possam ter tido a oportunidade de se conhecerem melhor e, portanto, de escolherem seus colegas de forma mais consistentes com as exigências de confiança e companheirismo que o trabalho requer; em segundo lugar, a viagem permitiu um contato questionador da situação atual da nossa democracia representativa. O primeiro objetivo foi plenamente satisfeito segundo nossa percepção. Quanto ao segundo, precisamos tecer algumas considerações.

A partir das discussões feitas no ônibus e de sugestões do Editorial do 1º Ciclo assinado pelos professores do Programa, pode-se considerar o problema da baixa representatividade do processo eleitoral brasileiro. Nas eleições majoritárias, para Presidente da República, Governadores dos Estados e Prefeitos Municipais, bem como na eleição de Senadores, o eleitor vota e escolhe os candidatos de sua preferência. O problema aparece quando o eleitor vota para deputado, tanto federal quanto estadual, e para vereador. Netas eleições, o sistema brasileiro está desenhado para enganar o eleitor: ele vota em determinado candidato e acaba elegendo outro, sobre o qual conhece pouco ou conhece o suficiente para não querer elegê-lo. Quem acaba sendo eleito é uma dependência do partido e das coligações que, agora, são chamadas federações. A grande maioria dos eleitores não tem a menor ideia sobre quem seu voto acabou elegendo. Por outro lado, o Congresso Nacional está tomando para si atribuições que exigem uma maior legitimidade do eleito para desempenhá-las em nome do povo. Como tem sido recorrentemente mostrado por importantes analistas do nosso processo político, ele está aumentando seu protagonismo e poder, a ponto de nosso sistema ser chamado de semi-parlamentarismo. Isto não seria problema se o processo trabalhasse para termos situações onde os eleitores fossem os verdadeiros donos dos mandatos. No nosso processo, os eleitores tendem a ser enganados!

É muito fácil nos enganar; somos os trouxas! A maioria dos candidatos está escondendo os partidos pelos quais estão se candidatando quando, de fato, são seus caciques que vão acabar mandando no País. E nós ficamos sem saber quem acabamos elegendo! Enquanto a população fica polarizada entre

dois candidatos à presidência, o Centrão mantém as regras que garantem que o eleitor não possa cobrar dos eleitos suas posições políticas porque ninguém sabe quem seu voto acabou elegendo. Mudam os nomes, mas o funcionamento é, basicamente, o mesmo nas eleições: chamam de federações mas as regras eleitorais continuam como eram nas coligações. Notícias recentes na imprensa<sup>1</sup> mostram a disposição do Centrão, que já controla boa parte do Congresso, em eleger uma bancada substancialmente maior que a atual e aprofundar o regime semi-parlamentar no qual, de fato, já vivemos. Eles vão mandar cada vez mais e qualquer candidato majoritário – presidente, governador ou prefeito - que seja eleito será, efetivamente, mantido sob rédea curta pelos caciques partidários que cuidam somente de seus interesses privados. Toda mudança – que, de fato, é só de nome entre coligação e federação - destina-se a manter tudo como está! Certamente as famosas janelas partidárias permitirão as trocas de partido pelos incumbentes, de modo que a suposta rigidez da Federação se transformará em letra morta na legislação eleitoral. O Congresso fica cada dia mais poderoso e os candidatos majoritários, eleitos diretamente pelo povo, terão cada vez menor poder de decisão. É preciso insistir, só o voto distrital poderá corrigir a falta de representatividade do sistema e devolver ao eleitor o direito de indicar ao eleito como ele precisará se comportar! Por isto á reação negativa e enfática contra o voto distrital do diretor da Câmara dos Deputados que fez a palestra para o grupo sobre o Regimento da Câmara. O voto distrital é a única forma que os regimes democráticos mais avançados conhecem de manter o poder do eleitor na máxima constitucional segundo a qual “todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”.

Como apreciação geral é preciso indicar que a viagem nacional cumpriu só parcialmente o objetivo de mostrar aos participantes do programa as estratégias de políticas públicas que poderiam estar sendo seguidas por Brasília na sinalização à sociedade de caminhos alternativos a serem adotados pela Nação. Deve-se notar que o LIDERMSIV está desenhado como programa expositivo e não doutrinário! É claro que temos, cada um dos professores, nossas visões políticas sobre o que é desejável para o País; no entanto, o programa está desenhado para mostrar visões alternativas e deixar aos participantes a opção de exercer sua visão crítica nas respectivas escolhas. É por esta razão que as percepções de participantes, relatadas pelos coordenadores nos artigos anexados, nos mostram como as diferentes atividades da semana nos esclareceram sobre o processo político brasileiro. Até 28 de outubro no Segundo Ciclo de Estudos do LIDERMSIV.

---

<sup>1</sup> “Centrão lança 1,5 mil candidatos e quer dominar metade da Câmara”. Por Vinícius Valfré e Daniel Weterman. Estadão; 20/08/2022 “PL, Progressistas e Republicanos terão contingente três vezes maior de postulantes a vagas na Casa do que em 2018; atualmente, núcleo duro de partidos do bloco informal detêm 179 cadeiras”